



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Ata nº 010 da Sessão Ordinária nº 010, de
21 de fevereiro de 2013.

1 Às nove horas do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a
3 Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros **ANTÔNIO JOSÉ, ROSA HAGE e**
4 **DANIEL LAVAREDA**; Ausência justificada dos Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES, CEZAR COLARES e**
5 **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; bem como a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA,
6 **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do
7 Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta
8 Corte. Convocada a Auditora Adriana Oliveira em substituição ao Conselheiro Cezar Colares, nos termos
9 da Portaria nº 0240/2013. Convocada a Auditora Márcia Costa em substituição ao Conselheiro Aloísio
10 Chaves, nos termos da Portaria nº 0202/2013. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em
11 que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos
12 atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve
13 votação e aprovação da Ata da Sessão 006/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE**
14 **JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Em seguida, houve inversão de
15 pauta, com o julgamento do processo de nº 02: **Processo nº 400012007-00; Prefeitura Municipal**
16 **de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas de 2007; Responsável Alcides Abreu Barra; Instrução: 5ª**
17 **Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no**
18 **DOE nº 32.334, de 06.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
19 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das
20 contas da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr.
21 Alcides Abreu Barra, com a recomendação de remessa dos autos ao Ministério Público Estadual. A
22 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer*
23 *prévio recomendando à Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru, que sejam reprovadas as contas da*
24 *Prefeitura Municipal, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Alcides Abreu Barra, que deverá recolher, no*
25 *prazo de 15 (quinze) dias: I – Aos Cofres Municipais: - R\$-10.112,49 (dez mil, cento e doze reais e*
26 *quarenta e nove centavos), relativo ao pagamento a maior da remuneração do Sr. Vice-Prefeito, a que deverá*
27 *ser recolhida com a devida atualização monetária; - R\$-6.000,00 (seis mil reais), equivalente a 10% (dez*
28 *por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela*
29 *remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal, considerado o princípio da razoabilidade e a*
30 *regularidade das contas. II - Ao FUMREAP a título de multa: 2.1 – R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos*
31 *reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das*
32 *prestações de contas quadrimestrais e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; 2.2 – R\$ 2.000,00*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

33 (dois mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela não apropriação da
34 totalidade dos encargos patronais do exercício. 2.3 - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-A, II,
35 do Regimento Interno deste Tribunal, face a realização de despesa com ausência de procedimento licitatório.
36 *Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis".* **Em votação:** a Conselheira
37 Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, a Auditora substituta de Conselheiro Adriana Oliveira e a
38 Auditora substituta de Conselheiro Márcia Costa acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira
39 Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém divergiu quanto a multa ao FUMREAP. A Presidência
40 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio
41 recomendando à Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru a não aprovação das contas da Prefeitura
42 Municipal, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Alcides Abreu Barra, que deverá recolher, no prazo
43 de 15 (quinze) dias: I – Aos Cofres Municipais: - R\$-10.112,49 (dez mil, cento e doze reais e quarenta e
44 nove centavos), relativo ao pagamento a maior da remuneração do Sr. Vice-Prefeito, que deverá ser
45 recolhida com a devida atualização monetária; - R\$-6.000,00 (seis mil reais), equivalente a 10% (dez
46 por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000,
47 pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal, considerado o princípio da razoabilidade e a
48 regularidade das contas, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
49 Estadual. **Por maioria:** II - Ao FUMREAP, a título de multa, recolher as seguintes multas: 2.1 – R\$-
50 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal,
51 pela remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais e Relatórios Resumidos de
52 Execução Orçamentária; 2.2 – R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento
53 Interno deste Tribunal, pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais do exercício; 2.3 -
54 R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, face a
55 realização de despesa com ausência de procedimento licitatório. Vencida a Conselheira Mara Lúcia
56 quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. **Processo nº 720012004-00 – 200510327-00;**
57 **Prefeitura Municipal de Santarém Novo;** Prestação de Contas de 2004; Responsável Sei Ohaze;
58 Auditor Leonardo Macieira; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor convocado
59 José Alexandre Cunha Pessoa; **Publicado no DOE nº 32.335, de 07.02.2013.** Retirado de pauta.
60 **Processo nº 1342332006-00 – 200702003-00; Fundo Municipal de Educação de Canaã dos**
61 **Carajás;** Prestação de Contas de 2006; Responsável Oziel da Silva Pereira; Auditor Daniel Lavareda;
62 Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora – Auditora substituta de Conselheiro Márcia Costa;
63 **Publicado no DOE nº 32.339, de 18.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
64 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com
65 ressalva, e aplicação de multa pelo descumprimento do art. 50, II, da LRF. A matéria foi colocada **em**
66 **discussão.** A Relatora proferiu seu **VOTO:** “pela aprovação, com ressalvas, das contas apresentadas pelo



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

67 *Sr. Oziel da Silva Pereira, responsável pelo Fundo Municipal de Educação do Município de Canaã dos Carajás,*
68 *referentes ao exercício de 2006, em função do descumprimento do disposto no art. 50, inciso II, da LRF (não*
69 *apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição previdenciária patronal). B) Aplicar ao*
70 *responsável multa prevista no art. 57, inciso II c/c art. 52, § 4º, da LO/TCM, no valor de R\$-2.000,00 (dois*
71 *mil reais), que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30*
72 *(trinta) dias, em função da não apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição previdenciária*
73 *patronal, o que gera aos Cofres Públicos o pagamento de multas e juros pelo recolhimento em atraso. C)*
74 *Expedir ao Ordenador, condicionado ao recolhimento da multa aplicada, o correspondente Alvará de Quitação*
75 *no valor de R\$-17.831.030,25 (dezessete milhões, oitocentos e trinta e um mil, trinta reais e vinte e cinco*
76 *centavos)'. Em votação: a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José acompanharam a*
77 *Relatora, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e a Auditora substituta de Conselheiro Adriana Oliveira*
78 *acompanharam a Relatora, porém divergiram quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. A Presidência*
79 *proclamou a **Decisão:** O Plenário, à unanimidade, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas*
80 *apresentadas pelo Sr. Oziel da Silva Pereira, responsável pelo Fundo Municipal de Educação do Município*
81 *de Canaã dos Carajás, referentes ao exercício de 2006, em função do descumprimento do disposto no*
82 *art. 50, inciso II da LRF (não apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição*
83 *previdenciária patronal), com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-17.831.030,25*
84 *(dezessete milhões, oitocentos e trinta e um mil, trinta reais e vinte e cinco centavos), **por maioria,***
85 *após o recolhimento de multa prevista no art. 57, inciso II c/c art. 52, § 4º da LO/TCM, no valor de R\$-*
86 *2.000,00 (dois mil reais), que deverá ser recolhida ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, em função*
87 *da não apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição previdenciária patronal, o que gera*
88 *aos Cofres Públicos o pagamento de multa e juros pelo recolhimento em atraso. Vencida a Conselheira*
89 *Mara Lúcia e a Auditora substituta de Conselheiro Adriana Oliveira quanto a aplicação de multa ao*
90 *FUMREAP. Com impedimento do Conselheiro Daniel Lavareda que funcionou nos autos como Auditor à*
91 *época. **Processo nº 432262006-00 – 200701104-00; Fundo Municipal de Assistência Social***
92 ***de Maracanã;** Prestação de Contas de 2006; Responsável Andreлина da Silva Aleixo; Auditora Maria do*
93 *Socorro Pessoa da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Auditora substituta de Conselheiro*
94 *Márcia Costa; **Publicado no DOE nº 32.339, de 18.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o*
95 *Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas,*
96 *com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão.** A Relatora proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação,*
97 *com ressalva, das contas apresentadas pela Sra. Andreлина da Silva Aleixo, responsável pelo Fundo Municipal*
98 *de Assistência Social do Município de Maracanã, referentes ao exercício de 2006, em função do*
99 *descumprimento do disposto no art. 50, inciso II, da LRF (não apropriação e recolhimento nos prazos legais*
100 *da contribuição previdenciária patronal). B) Aplicar ao responsável, com base no art. 57, inciso II c/c art. 52,*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

101 § 4º da LOTCM (LC nº 25/94), multa de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) que deverá ser recolhida
102 ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, em função da não
103 apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição previdenciária patronal, o que gera aos Cofres
104 Públicos o pagamento de multa e juros pelo recolhimento em atraso. C) Expedir ao Ordenador, condicionado
105 ao recolhimento da multa aplicada, o correspondente Alvará de Quitação, no valor de R\$-576.481,90
106 (quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e um reais e noventa centavos)". **Em votação:** a
107 Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Antônio José acompanharam a
108 Relatora, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e a Conselheira substituta Adriana Oliveira
109 acompanharam a Relatora, porém divergiram quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. A Presidência
110 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas
111 apresentadas pela Sra. Andrelina da Silva Aleixo, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social
112 do Município de Maracanã, referentes ao exercício de 2006, em função do descumprimento do disposto
113 no art. 50, inciso II da LRF (não apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição
114 previdenciária patronal), com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-576.481,90
115 (quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e um reais e noventa centavos), **por maioria**,
116 após o recolhimento de multa, com base no art. 57, inciso II c/c art. 52, § 4º, da LO/TCM (LC nº
117 25/94), no valor de R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) que deverá ser recolhida ao FUMREAP, no
118 prazo de 30 (trinta) dias, em função da não apropriação e recolhimento nos prazos legais da
119 contribuição previdenciária patronal, o que gera aos Cofres Públicos o pagamento de multa e juros pelo
120 recolhimento em atraso. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Conselheira substituta Adriana Oliveira
121 quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1294012006-00 – 200712366-00; Fundo**
122 **Municipal de Assistência Social de Vitória do Xingu; Prestação de Contas de 2006; Responsável**
123 **Littiere Mendes Pereira Lima; Auditora Maria do Socorro Pessoa da Silva; Procuradora Maria Inez**
124 **Gueiros; Relatora - Auditora substituta de Conselheiro Márcia Costa; Publicado no DOE nº 32.339,**
125 **de 18.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento
126 dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em**
127 **discussão.** A Relatora proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação, com ressalvas, das contas apresentadas pela
128 Sra. Littiere Mendes Pereira Lima, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social do Município de
129 Vitória do Xingu, referentes ao exercício de 2006, em função do descumprimento do disposto no art. 50,
130 inciso II da LRF (não apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição previdenciária patronal).
131 B) Aplicar ao responsável as seguintes multas, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº
132 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias: • Com base no art. 57, inciso II c/c art. 52, § 4º da LOTCM
133 (LC nº 25/94), multa de R\$1.000,00 (hum mil reais) em função da não apropriação e recolhimento nos
134 prazos legais da contribuição previdenciária patronal, o que gera aos Cofres Públicos o pagamento de multa



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

135 e juros pelo recolhimento em atraso; • Com base no art. 57, inciso II da LOTCM, multa de R\$3.001,00 (três
136 mil e um reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º (114 dias), 2º (303 dias) e 3º (218
137 dias) quadrimestres, face ao descumprimento do disposto no art. 30, inciso II, alínea "a" do mesmo diploma
138 legal, com atraso superior a 90 dias. C) Expedir ao Ordenador, condicionado ao recolhimento das multas
139 aplicadas, o correspondente Alvará de Quitação, no valor de R\$-318.468,15 (trezentos e dezoito mil,
140 quatrocentos e sessenta e oito reais e quinze centavos)." **Em votação:** A Conselheira Rosa Hage, o
141 Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Antônio José acompanharam a Relatora, na íntegra. A
142 Conselheira Mara Lúcia e a Auditora substituta de Conselheiro Adriana Oliveira acompanharam a
143 Relatora, porém divergiram quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a
144 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas apresentadas
145 pela Sra. Littiêre Mendes Pereira Lima, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social do
146 Município de Vitória do Xingu, referentes ao exercício de 2006, em função do descumprimento do
147 disposto no art. 50, inciso II da LRF (não apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição
148 previdenciária patronal), com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-318.468,15 (trezentos
149 e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), **por maioria**, ao FUMREAP, no
150 prazo de 30 (trinta) dias, das multas no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), em função da não
151 apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição previdenciária patronal, o que gera aos
152 Cofres Públicos o pagamento de multa e juros pelo recolhimento em atraso; R\$-3.001,00 (três mil e um
153 reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º (114 dias), 2º (303 dias) e 3º (218
154 dias) quadrimestres, face ao descumprimento do disposto no art. 30, inciso II, alínea "a" do mesmo
155 diploma legal, com atraso superior a 90 dias. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Auditora substituta
156 de Conselheiro Adriana Oliveira quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. **Processo nº 722042004-**
157 **00 – 200510323-00; Fundo Municipal de Educação de Santarém Novo; Prestação de Contas de**
158 **2004; Responsável Sei Ohaze; Auditor Leonardo Macieira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**
159 **Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 32.335, de 07.02.2013.**
160 Retirado de pauta. **Processo nº 1232032004-00 – 200718011-00 e 200800278-00; Fundo**
161 **Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará; Prestação de Contas de 2004; Responsável Aldemir da**
162 **Conceição Aires Oliveira; Auditores Alessandra Braga e Leonardo Macieira; Procuradora Maria Inez**
163 **Gueiros; Relator - Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 32.335,**
164 **de 07.02.2013.** Retirado de pauta. **Processo nº 201003111-00; Assistência e Recuperação de**
165 **Crianças e Adolescentes – ARCA; Prestação de Contas do Convênio nº 030/2009, firmado com a**
166 **Fundação Papa João XXIII; Responsável Kleber Gleison Ferreira de Melo; 4ª Controladoria; Procuradora**
167 **Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.337,**
168 **de 14.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

169 dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
170 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
171 **unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da ARCA – Assistência e Recuperação de
172 Crianças e Adolescentes, referente ao Convênio nº 030/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII
173 - FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido, em favor de Kleber Gleison Ferreira de Melo, o respectivo
174 Alvará de Quitação, no valor de R\$-117.000,00 (cento e dezessete mil reais). **Processo nº**
175 **201203192-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria - Portaria**
176 **nº 006/12, de 10.01.2012; Interessado Esperidião da Costa Pantoja; Procuradora - Chefe Elisabeth**
177 **Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
178 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria.
179 A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
180 proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria 006/2012.
181 **Processo nº 201117489-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Pensão -**
182 **Portaria nº 116/2011, de 31.10.2011; Interessados José Afonso Soares Moraes, Andrey de Alcântara**
183 **Moraes e Adriano de Alcântara Moraes, companheiro e filhos da ex-segurada Luciléia de Lima Alcântara;**
184 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental,
185 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro
186 da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
187 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria
188 116/2011. Em seguida, houve inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 13: **Processo**
189 **nº 201202748-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;**
190 **Pensão – Portaria nº 0060/12, de 10.01.2012; Interessada Norma Iracema Gaspar Rocha, viúva do ex-**
191 **servidor inativo Jorge Felisberto da Rocha; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro**
192 **Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
193 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi
194 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
195 **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. **Processo nº 201200206-**
196 **00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão – Portaria**
197 **nº 1413/11, de 12.12.2011; Interessado José Ramos Pereira, viúvo da ex-servidora inativa Maria**
198 **Sebastiana do Amaral Pereira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José**
199 **Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
200 autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O
201 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

202 **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. **Processo nº 201203976-00; Instituto de**
203 **Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão – Portaria nº 0157/12, de**
204 **07.02.2012; Interessada Maria de Nazaré dos Santos Cordeiro, viúva do ex-servidor inativo Eládio**
205 **Freitas Cordeiro; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**
206 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
207 manifestou-se favoravelmente ao registro. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
208 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
209 registro da Portaria. **Processo nº 201205214-00; Instituto de Previdência e Assistência do**
210 **Município de Belém – IPAMB; Pensão – Portaria nº 0231/12, de 27.02.2012; Interessada Antonia**
211 **Brito Silva da Lima, viúva do ex-servidor inativo Zacarias Farias de Lima; Procuradora Maria Regina**
212 **Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
213 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro. A matéria
214 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
215 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. **Processo nº 201202746-**
216 **00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão – Portaria**
217 **nº 0059/12, de 10.01.2012; Interessada Sarah Souza da Silva, filha menor da ex-servidora inativa Stela**
218 **Dalva Souza da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**
219 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
220 manifestou-se favoravelmente ao registro. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
221 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
222 registro da Portaria. **Processo nº 201019181-00; Instituto de Previdência e Assistência do**
223 **Município de Belém – IPAMB; Pensão – Portaria nº 1237/10, de 14.10.2010; Interessados Araci**
224 **Almeida Durans, companheira, Igor Durans Barroso, Isabela Cristina Durans Barros e Rômulo Durans**
225 **Barroso, filhos menores do ex-servidor ativo Raimundo Barroso da Silva; Procuradora Maria Regina**
226 **Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Retirado de pauta. **Processo nº 201106829-**
227 **00; Secretaria Municipal de Saúde – SESMA; Contratos Temporários nºs 249 e 253/11-**
228 **SESMA/PMB, firmados com Ana Kelly Gomes da Silva e outros; Interessado Sérgio de Souza Pimentel;**
229 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo
230 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
231 negativa de cadastramento do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
232 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
233 registro dos Contratos Temporários de nºs 249 a 253/2011, firmado entre a Secretaria Municipal de
234 Saúde - SESMA e Ana Kelly Gomes da Silva e outros, para o exercício da função de Farmacêutico, com a



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

recomendação de que a partir de 01 de janeiro do ano de 2012, tais contratações não serão mais
aceitas, salvo em situações emergenciais e muito bem justificadas, considerando-se que nos contratos
referentes ao exercício 2011, foi estabelecido como alerta ao Executivo Municipal a realização do
Concurso Público para contratação de pessoal. Em seguida, houve inversão de pauta, com o julgamento
do processo de nº 23: **Processo nº 201210599-00; Prefeitura Municipal de Paragominas;**
Contratos Temporários; Interessados Alberto Gustavo de Oliveira e outros; Procuradora Maria Inez
Gueiros; Relator - Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de pauta. Processo nº
201214315-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos Temporários; Interessados Alan
Pontes Galvão e outros; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Auditor convocado José Alexandre
Cunha Pessoa. Retirado de pauta. Processo nº 201217487-00; Prefeitura Municipal de
Paragominas; Contratos Temporários; Interessados Rosemary Guimarães Brito e outros; Procuradora
Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de pauta.
Processo nº 201213743-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos Temporários;
Interessados Lilian Helena Monducci Guimarães de Carvalho e outros; Procuradora - Chefe Elisabeth
Salame da Silva; Relator- Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de pauta.
Processo nº 201207138-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos Temporários;
Interessados Adriane Maria Raiol Soares e outros; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor
convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de pauta. Processo nº 201204984-00;
Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos Temporários; Interessados Ângela do Socorro
Costa Assunção e outros; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor convocado
José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de pauta. Processo nº 201015060-00; Secretaria
Municipal de Saúde – SESMA; 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 176/2009- SESMA/PMB, firmado com
a Empresa Nutriterápica – Terapia Médico Nutricional S/C Ltda.; Interessado Sérgio de Souza Pimentel;
Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo
regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de
cadastramento do presente Termo Aditivo, com a juntada dos presentes autos à prestação de contas
respectiva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não cadastramento do 1º
Termo Aditivo ao Contrato nº 176/2009 - SESMA/PMB, firmado pela Secretaria Municipal de Saúde de
Belém - SESMA, com a Empresa Nutriterápica – Terapia Médico Nutricional S/C LTDA, com a juntada dos
autos à prestação de contas respectiva para análise conjunta e acompanhamento da execução
orçamentária e financeira, em consonância com o que estabelece a Resolução nº 5.717/98/TCM, de 08
de outubro de 1998. **Processo nº 201217706-00; Câmara Municipal de Itaituba; Resolução nº**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

268 008/12, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013/2016; Interessado João Bastos
269 Rodrigues; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo
270 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
271 cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada em discussão. A Conselheira Relatora proferiu seu
272 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento
273 da Resolução nº 008/12. **Processo nº 201217704-00; Câmara Municipal de Trairão; Resolução**
274 nº 004/12, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013/201; Interessado Antônio
275 Carlos Coelho de Moura; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage.
276 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
277 manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada em discussão. A Conselheira
278 Relatora proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu
279 pelo cadastramento da Resolução nº 004/12. **Processo nº 201215628-00; Câmara Municipal de**
280 **Xinguara; Lei nº 836/12, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, para a**
281 legislatura 2013/2016; Interessado José Davi Passos; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora -
282 Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
283 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Lei. A matéria foi colocada em
284 discussão. A Conselheira Relatora proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário,
285 **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 836/2012. **Processo nº 201215089-00;**
286 **Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins; Lei Municipal nº 0341/2008, que fixa os**
287 subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a legislatura 2009/2012; Interessado
288 Sidney Moreira de Souza; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel
289 Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos
290 e manifestou-se pelo cadastramento da Lei. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro
291 Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu
292 pelo cadastramento da Lei nº 341/2008. **Processo nº 201212626-00; Prefeitura Municipal de**
293 **Ulianópolis; Lei nº 319/2012, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais,**
294 para a legislatura 2013/2016; Interessado Jonas dos Santos Souza; Procuradora Maria Inez Gueiros;
295 Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
296 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Lei. A matéria foi colocada em
297 discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário,
298 **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 319/2012, de 04 de julho de 2012, que fixa os
299 subsídios do Prefeito, Vice- Prefeito e Secretário do Município de Ulianópolis para a legislatura que se
300 iniciou em 01.01.2013, com a ciência ao interessado e remessa dos autos a 4ª Controladoria para



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

conhecimento. Processo nº 201217824-00; Câmara Municipal de Baião; Resolução nº 01/2012,
que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013/2016; Interessado José Galileu Bohadana
Lobo; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo
regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
VOTO. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento
da Resolução nº 01/2012, de 15 de junho de 2012, que fixou a remuneração dos Vereadores do
Município de Baião para a legislatura que se iniciou em 01.01.2013, com a ciência ao interessado e
remessa dos autos à 4ª Controladoria para conhecimento. Processo nº 201216639-00; Câmara
Municipal de Breu Branco; Decreto Legislativo nº 018/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores,
para a legislatura 2013/2016; Interessado Rochaël Onofre Meira; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame
da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Decreto. A matéria foi
colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
Decisão: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Decreto Legislativo nº 018/2012,
de 26 de junho de 2012, que fixa os subsídios dos Vereadores do Município de Breu Branco para a
legislatura que se iniciou em 01.01.2013, com a ciência ao interessado e remessa dos autos à 4ª
Controladoria para conhecimento. Processo nº 201215400-00; Câmara Municipal de Bujaru;
Resolução nº 002/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013/2016;
Interessado Haroldo José B. da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel
Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos
e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O
Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
unanimidade, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 002/2012 para a legislatura que se iniciou
em 01.01.2013, com a ciência ao interessado e remessa dos autos à 4ª Controladoria para
conhecimento. Processo nº 201215402-00; Câmara Municipal de Bujaru; Resolução nº 01/2012,
que dispõe sobre aumento de salário dos funcionários da Câmara; Interessado Haroldo José B. da Silva;
Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo
dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
VOTO. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento
da Resolução nº 01/2012, de 23 de fevereiro de 2012, que fixou o aumento do salário dos Servidores da
Câmara Municipal de Bujaru, a contar do dia 01.02.2012, com a ciência ao interessado e remessa dos



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

autos à Controladoria para conhecimento. **Processo nº 201214856-00; Câmara Municipal de Bom Jesus do Tocantins;** Resolução nº 02/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013/2016; Interessado Francisco Martins dos Santos; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 02/2012, de 31 de agosto de 2012, que fixou os subsídios dos Vereadores do Município de Bom Jesus do Tocantins para a legislatura que se iniciou em 01.01.2013, com a ciência ao interessado e remessa dos autos à Controladoria para conhecimento. **Processo nº 201212952-00; Câmara Municipal de Capitão Poço;** Lei nº 280/2012, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para a legislatura 2013/2016; Interessado Simão Teixeira Mota; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Lei. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 280/2012, para a legislatura que se iniciou em 01.01.2013, com a ciência ao interessado e remessa dos autos à Controladoria para conhecimento. **Processo nº 201207772-00; Câmara Municipal de Jacundá;** Resolução nº 001/12, que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo do Município de Jacundá; Interessado Lindomar dos Reis Marinho; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 001/2012, de 01 de fevereiro de 2012, que reajustou os vencimentos dos Servidores do Poder Legislativo, a contar da data do dia 06.02.2012. **Processo nº 201216769-00; Câmara Municipal de Jacundá;** Lei Municipal nº 2.546/2012, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a legislatura 2013/2016; Interessado Lindomar dos Reis Marinho; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Lei. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 2.546/2012, de 19 de setembro de 2012, que fixou os subsídios do Prefeito, Vice- Prefeito e Secretário do Município de Jacundá para a legislatura que se iniciou em 01.01.2013, com a ciência ao interessado



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

367 e remessa os autos a 4ª Controladoria para conhecimento. **Processo nº 201216965-00; Câmara**
368 **Municipal de Nova Ipixuna;** Resolução nº 001/2012, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito,
369 Secretários e Vereadores, para a legislatura 2013/2016; Interessado Idelfonso Granja Costa;
370 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Retirado de pauta. **Processo**
371 **nº 201217586-00; Câmara Municipal de Tailândia;** Lei nº 003/2012, que fixa os subsídios do
372 Presidente e Vereadores, para a legislatura 2013/2016; Interessado Maria Júlia Ferreira Celestrino;
373 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo
374 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
375 cadastramento da Lei. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
376 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº
377 003/2012, de 11 de outubro de 2012, que fixou os subsídios dos Vereadores do Município de Tailândia,
378 para a legislatura que se iniciou em 01.01.2013, com a ciência ao interessado e remessa os autos a 4ª
379 Controladoria para conhecimento. **Processo nº 201203146-00; Câmara Municipal de Tailândia;**
380 **Resolução nº 02/12, que atualiza os vencimentos dos servidores da Câmara e Resolução nº 003/12, que**
381 **atualiza os subsídios dos Vereadores com base na atualização dos vencimentos dos servidores da**
382 **Câmara;** Interessada Maria Juliana Ferreira Celestrino; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator -
383 **Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
384 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução nº 002/2012 e pelo não
385 cadastramento da Resolução 003/2012. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
386 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
387 cadastramento da Resolução nº 002/2012, de 30 de janeiro de 2012 que atualizou os vencimentos dos
388 servidores da Câmara Municipal de Tailândia, e pelo não cadastramento da Resolução nº 003/2012, que
389 atualizou os subsídios dos Vereadores, de 31 de janeiro de 2012, para o exercício de 2012, com ciência
390 a 5ª Controladoria para apuração da glosa, se houver. **Processo nº 201208316-00; Câmara**
391 **Municipal de Ulianópolis;** Resolução nº 02/12, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a
392 legislatura 2013/2016; Interessado Givaldo Ribas Mesquita; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da
393 **Silva;** Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
394 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi
395 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
396 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 02/2012, de 08 de
397 maio de 2012, que fixou os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Ulianópolis, para a
398 legislatura que se iniciou em 01.01.2013, com ciência ao interessado e remessa dos autos a 4ª
399 Controladoria para conhecimento. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia convidou a Conselheira Rosa



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

100 Hage para assumir à Presidência da Sessão, face a relatoria dos seguintes processos: **Processo nº**
101 **370012006-00; Prefeitura Municipal de Itupiranga; Prestação de Contas de 2006; Responsável**
102 **Adécimo Gomes dos Santos; Auditor Leonardo Macieira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora -**
103 **Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.338, de 15.02.2013.** Cumprindo dispositivo
104 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
105 parecer prévio contrário à aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira
106 Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
107 pela emissão parecer prévio contrário a aprovação das contas do Senhor Adécimo Gomes dos Santos,
108 Ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Itupiranga, no exercício de 2006, pelo
109 descumprimento da CF/88 e da Lei Federal nº 8.666/93, com encaminhamento de cópia dos autos ao
110 Ministério Público Estadual. **Processo nº 201021144-00; Instituto de Previdência do Município**
111 **de Monte Alegre; Aposentadoria - Portaria nº 026/12, de 26.03.2012; Interessada Lindalva da Costa**
112 **Tavares; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo
113 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
114 favoravelmente ao não registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira
115 Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
116 pelo não registro da Portaria 026/2012. **Processo nº 201212114-00; Fundo Municipal de Saúde**
117 **de Alenquer; Termos Aditivos de Contratos de Servidores Temporários; Interessados Cleuma Teixeira**
118 **Pereira e outros; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo
119 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
120 registro dos Contratos. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu
121 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro dos dois
122 Termos Aditivos aos Contratos de nº's 07, 08 e 09/2010, para os cargos de Enfermeiro e Assistente
123 Social, celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde de Alenquer com Cleuma Teixeira Pereira, Simone
124 Castro de Oliveira e Iranildo Costa da Silva, recomendando que a Prefeitura realize concurso público
125 para os cargos em análise. **Processo nº 201207237-00; Fundo Municipal de Saúde de**
126 **Alenquer; Contratos de Servidores Temporários; Interessados Maria Eduarda Macêdo Basso e outros;**
127 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o
128 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro dos
129 Contratos. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A
130 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro dos Contratos por
131 prazo determinado de nº's 05, 13 e 14/2012, para os cargos de Médica e Enfermeira, celebrados entre a
132 Secretaria Municipal de Saúde de Alenquer e Maria Betânia Pinho Botelho, Martha Moema de Sousa



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Cordeira e Ariane Araújo da Silva, com vigência 02/04/2012 a 30/10/2012 com a recomendação de que a Prefeitura realize Concurso Público para os cargos em análise, e pela negativa de registro do Contrato por tempo determinado de nº 14/2012, firmado com a servidora Maria Eduarda Macêdo Basso para o cargo de Fisioterapeuta, com vigência de 02/04/2012 a 30/10/2012. **Processo nº 201207233-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Contratos de Servidores Temporários; Interessados Elzanira Bentes da Costa e outros; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.**

Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela registro do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos de nº's 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12/2012, para o cargo de Agente de Controle de Endemias, celebrados entre a Secretaria Municipal de Saúde de Alenquer e Elzanira Bentes da Costa e outros, recomendando que a Prefeitura realize Concurso Público para os cargos em análise. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: Apreciação dos Acórdãos nº's 23.178, 23.179, 23.180, 23.181, 23.183, 23.184, 23.185, 23.186, 23.187, 23.189, 23.232, 23.233, 23.234, 23.235. Apreciação das Resoluções nº's 10.697, 10.698, 10.712, 10.737, 10.738. Relator - Conselheiro Cezar Colares. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação dos Acórdãos e Resoluções apresentados. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS**. Relator - Conselheiro Aloisio Chaves: 1) Processo nº 201203576-00; Instituto de Previdência do Município de Santana do Araguaia; Aposentadoria de Maria Diva Gomes Abreu. 2) Processo nº 201200926-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará; Aposentadoria de Célio Rodrigues Silva. 3) Processo nº 201205693-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará; Aposentadoria de Maria Idene Siqueira. 4) Processo nº 201214882-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará; Aposentadoria de Maria Madalena Borges de Carvalho. 5) Processo nº 201201031-00; Instituto de Previdência do Município de Santana do Araguaia; Pensão de José Alves Botelho. 6) Processo nº 201201032-00; Instituto de Previdência do Município de Santana do Araguaia; Pensão de Raimundo Nonato Corrêa Velez. 7) Processo nº 201014488-00 (II vls); Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia; Decretos que nomeiam Mário Pereira de Moraes e outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2009. Relatora - Conselheira Rosa Hage: 1) Processo nº 201109869-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Maria de Nazaré Ribeiro Rodrigues. 2) Processo nº 201203189-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Maria Aurora Oliveira da Silva. 3) Processo nº 201210749-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Izabel Assunção da Silva. 4) Processo nº 201107496-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Maria Raimunda Gomes Soares. 5) Processo nº



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

466 201116596-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de
467 Gisele Socorro Oeiras Ferreira. 6) Processo nº 201120056-00; Instituto de Previdência dos Servidores do
468 Município de Ananindeua; Aposentadoria de Marlucia Cardoso Lima de Moraes. 7) Processo nº
469 201202868-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de
470 Raimunda Suely Cunha da Silva. 8) Processo nº 201202882-00; Instituto de Previdência dos Servidores
471 do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Alice Cordovil Monteiro. 9) Processo nº 201204381-00;
472 Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Georgina de
473 Fátima Silva dos Santos. 10) Processo nº 201204384-00; Instituto de Previdência dos Servidores do
474 Município de Ananindeua; Aposentadoria de Vera Maria Barbosa Pereira. 11) Processo nº 201204388-00;
475 Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Maria de Fatima
476 Oliveira da Silva. 12) Processo nº 201206204-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município
477 de Ananindeua; Aposentadoria de Aldenora Pimentel Ferreira. 13) Processo nº 201212220-00; Instituto
478 de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Eunice Santos de
479 Oliveira. 14) Processo nº 201213781-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de
480 Ananindeua; Aposentadoria de Rosiléa Canelas Martins. 15) Processo nº 201213782-00; Instituto de
481 Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Rita Maria da Silva. 16)
482 Processo nº 201213785-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua;
483 Aposentadoria de Maria das Graças Vasconcelos dos Santos. 17) Processo nº 201206204-00; Instituto de
484 Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Francisca Clara Aviz Soares.
485 18) Processo nº 201213786-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua;
486 Aposentadoria de Edileuza de Lima Soares. 19) Processo nº 201010055-00; Instituto de Previdência do
487 Município de Abaetetuba; Pensão de Getúlio Sete Rodrigues. 20) Processo nº 201120152-00; Câmara
488 Municipal de Itaituba; Decretos que nomeiam Wenderson Silva e Silva e Hilton Jhon Lemos, aprovados
489 no Concurso Público nº 001/2009. Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; 1) Processo nº 201113846-
490 00; Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas; Assunto:
491 Aposentadoria de Rosinete Maria Torres Pantoja. 2) Processo nº 201021418-00; Instituto de Previdência
492 Social dos Servidores do Município de Altamira – ALTAPREV; Aposentadoria de Maria Francelys de Sousa
493 Silva. 3) Processo nº 201113911-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de
494 Altamira – ALTAPREV; Aposentadoria de Severino Pereira da Silva. 4) Processo nº 201113913-00;
495 Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira – ALTAPREV; Aposentadoria de
496 Lúcia de Fatima Veras e Silva. 5) Processo nº 201113914-00; Instituto de Previdência Social dos
497 Servidores do Município de Altamira – ALTAPREV; Aposentadoria de Maria Raimunda Nogueira da Silva
498 Barros. 6) Processo nº 201214316-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos temporários de



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

499 Aline Lucimar dos Santos Alves e outros. 7) Processo nº 201216725-00; Prefeitura Municipal de
500 Paragominas; Contratos temporários de Adriana Cristina Cardoso Siqueira e outros. 8) Processo nº
501 201216726-00; Prefeitura Municipal de do Paragominas; Contratos temporários de Antonia Maria do
502 Nascimento Silva e outros. 9) Processo nº 201217489-00; Prefeitura Municipal de
503 Paragominas; Contratos temporários de Adailton Lima Albuquerque e outros. Relator - Conselheiro Daniel
504 Lavareda; 1) Processo nº 201111603-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá
505 – IPASEMAR; Aposentadoria de Maria Margarida Bonjardin Porto. 2) Processo nº 201203434-00; Instituto
506 de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Rosa Maria da Silva
507 Rodrigues. 3) Processo nº 201204254-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá
508 – IPASEMAR; Aposentadoria de Antonia Pereira da Costa. 4) Processo nº 201204261-00; Instituto de
509 Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Luzia Monteiro
510 Pimentel. 5) Processo nº 201204262-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá –
511 IPASEMAR; Pensão de Teomar Alves dos Santos e filhos menores. Relatora - Conselheira Mara Lúcia; 1)
512 Processo nº 201109815-00; Instituto de Previdência do Município de Rurópolis; Aposentadoria de
513 Creusa Viana da Silva. 2) Processo nº 201114596-00; Instituto de Previdência do Município de Monte
514 Alegre; Aposentadoria de Maria Célia da Costa Bentes. 3) Processo nº 200908924-00; Prefeitura
515 Municipal de Tracuateua; Decretos que nomeiam Jairo José de Souza e outros, aprovados no Concurso
516 Público. 4) Processo nº 200902984-00; Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e
517 Gestão de Belém – SEGEP; Contrato nº 02/2009, firmado com a Empresa Amazon Cards S/S Ltda.
518 Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; 1) Processo nº 201119654-00; Instituto de Previdência e
519 Assistência do Município de Belém – IPAMB ; Aposentadoria de Raimunda Esmeralda da Silva. 2)
520 – Processo nº 201120445-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;
521 Aposentadoria de Messias dos Santos Rocha. 3) Processo nº 201200197-00; Instituto de Previdência e
522 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Vera Lúcia da Silva Jardim. 4) Processo
523 nº 201204134-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria
524 de Jorge Cordeiro. 5) Processo nº 201206223-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de
525 Belém – IPAMB; Aposentadoria de Dalma da Cunha Oliveira. 6) Processo nº 201206330-00; Instituto de
526 Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Miranilde Furtado da Costa.
527 7) Processo nº 201206334-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;
528 Aposentadoria de Eunilde de Lima D'Oliveira. 8) Processo nº 201206792-00; Instituto de Previdência e
529 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria de Jesus Lopes Guimarães
530 Cahuana Villegas. 9) Processo nº 201207847-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de
531 Belém – IPAMB ; Aposentadoria de Almir Ferreira Apoluceno. 10) Processo nº 201213325-00; Instituto





ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

499 Aline Lucimar dos Santos Alves e outros. 7) Processo nº 201216725-00; Prefeitura Municipal de
500 Paragominas; Contratos temporários de Adriana Cristina Cardoso Siqueira e outros. 8) Processo nº
501 201216726-00; Prefeitura Municipal de do Paragominas; Contratos temporários de Antonia Maria do
502 Nascimento Silva e outros. 9) Processo nº 201217489-00; Prefeitura Municipal de
503 Paragominas; Contratos temporários de Adailton Lima Albuquerque e outros. Relator - Conselheiro Daniel
504 Lavareda; 1) Processo nº 201111603-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá
505 – IPASEMAR; Aposentadoria de Maria Margarida Bonjardin Porto. 2) Processo nº 201203434-00; Instituto
506 de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Rosa Maria da Silva
507 Rodrigues. 3) Processo nº 201204254-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá
508 – IPASEMAR; Aposentadoria de Antonia Pereira da Costa. 4) Processo nº 201204261-00; Instituto de
509 Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Luzia Monteiro
510 Pimentel. 5) Processo nº 201204262-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá –
511 IPASEMAR; Pensão de Teomar Alves dos Santos e filhos menores. Relatora - Conselheira Mara Lúcia; 1)
512 Processo nº 201109815-00; Instituto de Previdência do Município de Rurópolis; Aposentadoria de
513 Creusa Viana da Silva. 2) Processo nº 201114596-00; Instituto de Previdência do Município de Monte
514 Alegre; Aposentadoria de Maria Célia da Costa Bentes. 3) Processo nº 200908924-00; Prefeitura
515 Municipal de Tracuateua; Decretos que nomeiam Jairo José de Souza e outros, aprovados no Concurso
516 Público. 4) Processo nº 200902984-00; Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e
517 Gestão de Belém – SEGEP; Contrato nº 02/2009, firmado com a Empresa Amazon Cards S/S Ltda.
518 Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; 1) Processo nº 201119654-00; Instituto de Previdência e
519 Assistência do Município de Belém – IPAMB ; Aposentadoria de Raimunda Esmeralda da Silva. 2)
520 Processo nº 201120445-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;
521 Aposentadoria de Messias dos Santos Rocha. 3) Processo nº 201200197-00; Instituto de Previdência e
522 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Vera Lúcia da Silva Jardim. 4) Processo
523 nº 201204134-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria
524 de Jorge Cordeiro. 5) Processo nº 201206223-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de
525 Belém – IPAMB; Aposentadoria de Dalma da Cunha Oliveira. 6) Processo nº 201206330-00; Instituto de
526 Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Miranilde Furtado da Costa.
527 7) Processo nº 201206334-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;
528 Aposentadoria de Eunilde de Lima D'Oliveira. 8) Processo nº 201206792-00; Instituto de Previdência e
529 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria de Jesus Lopes Guimarães
530 Cahuana Villegas. 9) Processo nº 201207847-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de
531 Belém – IPAMB ; Aposentadoria de Almir Ferreira Apoluceno. 10) Processo nº 201213325-00; Instituto





ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

532 de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Franca Helena do Carmo
533 Favacho. 11) Processo nº 201214464-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém –
534 IPAMB; Aposentadoria de Renilucia Pinheiro Lobo. 12) Processo nº 201217200-00; Instituto de Previdência e
535 Assistência do Município de Belém – IPAMB ;Aposentadoria de Maria José da Costa Pereira. 13) Processo nº
536 201103398-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Elias Iorran
537 Lisboa Araújo. 14) Processo nº 201116474-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém –
538 IPAMB; Pensão de Cleide Alves dos Santos. 15) Processo nº 201117013-00; Instituto de Previdência e
539 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Mário Roberto Monteiro Pantoja.16) Processo nº
540 201203982-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de João Miguel
541 Filho. 17) Processo nº 201204372-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;
542 Pensão de Alcenor Silva do Nascimento. 18) Processo nº 201205783-00; Instituto de Previdência e
543 Assistência do Município de Belém – IPAMB ; Pensão de Antônio da Silva Santos. 19) Processo nº 201205786-
544 00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria da Consolação
545 Ribeiro Pignatário. 20) Processo nº 201209263-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de
546 Belém – IPAMB; Pensão de Joana Lima da Silva. 21) Processo nº 201209265-00; Instituto de Previdência e
547 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria Júlia Viana de Andrade. 22) Processo nº
548 201209430-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Domingas
549 Paschoa Viegas Santos. 23) Processo nº 201209431-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município
550 de Belém – IPAMB; Pensão de Raimunda da Silva Monteiro. 24) Processo nº 201209432-00; Instituto de
551 Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Carmem dos Santos e Silva. **PALAVRA**
552 **DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** Após, a Presidência declarou
553 **ENCERRADA** a presente Sessão às onze horas e trinta e oito minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
554 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e um de fevereiro de dois
555 mil treze.


Visto:


Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral


Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**

Presidente da Sessão


Conselheira **Rosa Hage**

Presidente da Sessão